



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana

Rua: Guanabara, 107 – Vila Guanabara - CEP 16203-030 Tel: (18) 3642-2215 -
transito@birigui.sp.gov.br

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

CONCESSÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE BIRIGUI

1. DO OBJETO DA CONCESSÃO:

Esta Concorrência tem por objeto a outorga de Concessão para prestação e exploração do Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros do Município de Birigui, por meio de veículos de transporte coletivo de passageiros, conforme descrição do presente **TERMO** e seus anexos.

Constitui objeto imediato da presente **LICITAÇÃO** selecionar a melhor proposta para a operação dos **SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO DE BIRIGUI**, na modalidade regular, sob regime de **CONCESSÃO**, na área geográfica de atendimento (área operacional).

Sem ferir o princípio da **MODICIDADE TARIFÁRIA**, expresso pelo artigo 6º, §1º da Lei Federal nº 8987/95, a **PREFEITURA** estabelece o pagamento, pelo **LICITANTE VENCEDOR**, de valor fixo pela outorga da **CONCESSÃO**.

O valor da outorga única e fixa a ser paga na assinatura do Contrato de Concessão será de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). O valor da outorga será destinada a atender eventual necessidade da modicidade tarifária ou aplicada em benefícios aos Serviços de Transporte Coletivo de Passageiros do Município de Birigui.

LEGISLAÇÃO PERTINENTE:

- ✓ Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993;
- ✓ Lei Federal 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;
- ✓ Lei Federal 12.587, de 03 de janeiro de 2012;
- ✓ Lei Orgânica do Município de Birigui;
- ✓ Lei Complementar Nº 60, de 19 de Setembro de 2014.

Demais Leis e Atos Normativos concernentes ao objeto licitado.

DEFINIÇÕES:

Deverão ser adotadas as siglas, expressões e termos abaixo descritos, sem prejuízo de outros inseridos a posteriores:



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

- I. **ADJUDICATÁRIA:** é o **LICITANTE** ao qual vier a ser adjudicado o objeto da **LICITAÇÃO**.
- II. **COMISSÃO:** A Comissão de Licitação, designada para o julgamento da Concorrência;
- III. **CONCESSIONÁRIA:** é a pessoa jurídica, empresa, sociedade empresária a que vier a ser adjudicado o objeto da **CONCESSÃO**, com a decorrente celebração do **CONTRATO**.
- IV. **CONTRATADA:** A pessoa jurídica, empresa, sociedade empresária a que firmará o contrato de concessão;
- V. **CONTRATANTE:** O Município de Birigui, por intermédio da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana de Birigui;
- VI. **CONTRATO:** O contrato de concessão a ser celebrado com a **LICITANTE** vencedora da Concorrência;
- VII. **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:** Conjunto de documentos a serem apresentados pela **LICITANTE**, destinados a verificar a sua habilitação jurídica, técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal para participar do certame;
- VIII. **EDITAL:** O Instrumento convocatório e todos os seus anexos;
- IX. **LICITANTE:** é quem concorre à **LICITAÇÃO**.
- X. **LINHA:** Serviço público de transporte coletivo municipal de passageiros, urbano ou distrital, prestado segundo regras operacionais, equipamentos, itinerários, terminais, pontos de parada intermediários, horários e **TARIFA** prefixados e estabelecidos pelo Poder Concedente;
- XI. **MODICIDADE TARIFÁRIA:** é o direito dos **USUÁRIOS** de utilizar os **SERVIÇOS** mediante o pagamento de tarifas acessíveis, observado, conforme o caso, o direito às gratuidades.
- XII. **PODER CONCEDENTE:** Município de Birigui;
- XIII. **PROPOSTA:** O conjunto formado pelos documentos apresentados pela **LICITANTE** na proposta;
- XIV. **SECRETARIA:** Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana de Birigui, e/ou entidade ou órgão gestor por esse designado;
- XV. **SUBSÍDIO:** Valor orçamentário destinado a contribuir com a Modicidade Tarifária;
- XVI. **TARIFA:** é o preço fixado pelo **PODER CONCEDENTE** e paga pelos **USUÁRIOS** em decorrência da utilização dos serviços de transporte coletivo municipal.
- XVII. **USUÁRIO:** é a pessoa que tem acesso e utiliza os **SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO DO MUNICÍPIO**.

2. JUSTIFICATIVAS: CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Art. 30. Compete aos Municípios: (...)

V - organizar e prestar, diretamente ou sob-regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

O texto constitucional retrata de forma clara e objetiva quanto à responsabilidade do município em manter organizado bem como prestar serviços públicos de transporte coletivo, o qual possui caráter essencial.

Atualmente o transporte público de passageiros em Birigui é decorrente de uma contratação emergencial com abrangência do serviço em 10 (dez) linhas especificadas, com a quantidade de veículos compatível para o atendimento à população usuária. O grande desafio é fazer com que as pessoas deixem seus veículos em casa e utilizem veículos coletivos, dessa forma melhorando a mobilidade urbana como um todo, esse desafio é muito complexo, pois requer um perfeito equilíbrio dos seguintes fatores: custo da operação, tarifa, situação econômica, qualidade necessária e visão de futuro. Em análise ao cenário acima descrito, fica evidenciada a necessidade de manutenção da prestação do serviço de transporte público adequado com a implementação de melhorias de acordo com necessidade, considerando a atual conjuntura econômica de nosso País. No mais, faz-se necessário adaptar o sistema de transporte coletivo urbano de Birigui às normas de Mobilidade Urbana e à acessibilidade universal.

De acordo com os levantamentos da Secretaria a média de passageiros transportados por mês atualmente é de 23.000. O objetivo é trazer novas propostas de melhoria do transporte público, como: confiabilidade da oferta, melhoria na qualidade dos ônibus, monitoramento dos veículos, sistema de bilhetagem eletrônica, e outros, estão em ênfase no presente termo para Implantação e Operacionalidade do Transporte Público.

É nesse sentido que a rede de transporte deve ser formulada, sendo fundamental no seu desenvolvimento considerar, portanto, as seguintes premissas básicas:

A **dignidade no transporte** empreendendo ações que permitam instituir um serviço que faça a população se sentir bem ao utilizá-lo, ou mesmo não o fazendo, tenha confiança na sua oferta;

A **qualidade do serviço** em todos os seus atributos, de forma a proporcionar as condições para a dignidade no transporte, mediante um padrão adequado de operação, de tecnologia e de atendimento, inclusive com a inclusão de Ar-condicionado na futura frota;

A **eficiência do serviço** refletida pela qualidade, inclusive associada aos aspectos tecnológicos, permitindo que o transporte coletivo tenha eficácia de um serviço que funciona bem;

A **segurança** deve proporcionar a integridade aos usuários durante todo o deslocamento; A **acessibilidade** mais abrangente possível, atendimento com gentileza e facilidade.

Buscando o atendimento a todos estes objetivos, a Administração Pública vem realizar o procedimento licitatório para concessão do serviço de Transporte Coletivo Urbano, seguindo um planejamento e fiscalizando da execução das atividades desenvolvidas, objetivando atender ao interesse público.

DA ELABORAÇÃO – DOCUMENTOS TÉCNICOS:

No Estudo Técnico Preliminar em anexo, encontram-se descritos e delimitados o serviço licitado, bem como especificados os detalhamentos para a perfeita execução do objeto (especificações técnicas e demais esclarecimentos).

PRAZO DA CONCESSÃO:



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

O prazo de vigência da **CONCESSÃO** será de 10 (dez) anos, contados da **ORDEM DE SERVIÇO**, na forma e condições estabelecidas no **CONTRATO**.

O prazo de vigência da **CONCESSÃO** poderá ser prorrogado uma única vez, por até 05 (cinco) anos – artigo 33, § 1º, da Lei Complementar do Município de Birigui nº 60/2014, por motivo justificado, nos termos do art. 23, XII, da Lei Federal nº 8.987/1995, e dos §§ 1º e 2º do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/1993.

A partir do início da operação, que deverá ocorrer até 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato de Concessão e a emissão de Ordem de Serviço, a **CONCESSIONÁRIA** deverá contar com frota, equipamentos e recursos humanos integralmente disponíveis, atendendo a todas as especificações estabelecidas nos anexos, parte deste processo.

O Sistema de Bilhetagem Eletrônica, especificado no Anexo II, deverá estar integralmente disponível e instalado nos ônibus da **CONCESSIONÁRIA** até 45 (quarenta e cinco) dias do início da operação, conforme item 5.4 do Edital.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá iniciar a prestação dos serviços com toda a frota composta, sendo, 05 (cinco) veículos operacionais e 02 (dois) reservas.

A média de quilometragem observada é de 23.900 (vinte e três mil e novecentos) Km/mês

LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

Local: Para o início da operação dos serviços, as linhas a serem exploradas estão definidas no Anexo II.

Das Condições de Execução:

As novas **LINHAS** que forem criadas pela **SECRETARIA** em função do crescimento natural da população ou da dinâmica do uso e ocupação do solo do Município de Birigui, bem como da divisão, prolongamento ou fusão de linhas, fazem parte do objeto da concessão ora licitada, de modo que tais serviços serão de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**, resguardando-se a manutenção do equilíbrio econômico- financeiro inicial do **CONTRATO**.

O fornecimento, a gestão da operação, manutenção dos equipamentos, hardware, software e validação de créditos eletrônicos do Sistema de Bilhetagem Eletrônica, conforme especificação técnica do Anexo;

O fornecimento, a instalação, a manutenção, renovação e atualização tecnológica dos equipamentos embarcados do Sistema de Monitoramento de Frota, conforme especificações técnicas do Anexo.

ESPECIFICAÇÕES DOS VEÍCULOS:

Serão aprovados para os serviços somente veículos apropriados e que satisfaçam as especificações, normas e padrões técnicos estabelecidos pela **ABNT**, pela legislação nacional de trânsito e pelo ao **PODER CONCEDENTE**.

Com o objetivo de adequar a oferta de transporte (frota/lugares), e permitido a **CONCESSIONARIA** adotar veículos de portes diferenciados, desde que respeitado o



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

atendimento atual especificado. Este atendimento é mantido através da adoção de fatores de equivalência em relação ao veículo convencional.

A frota veicular deve ser 100% acessível, podendo ser equipado com plataforma elevatória veicular com rampa. Deve estar em conformidade com a norma **ABNT NBR 14022:2009**, que estabelece critérios técnicos e parâmetros de acessibilidade a serem observados em todos os elementos do sistema de transporte coletivo de passageiros, de acordo com os preceitos do Desenho Universal.

Os veículos, equipamentos e respectivas instalações devem obedecer aos requisitos do Regulamento Técnico da Qualidade para Inspeção da Adaptação de Acessibilidade em Veículos para o Transporte Coletivo de Passageiros do Inmetro – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, especificamente a Norma Técnica Brasileira NBR 14.022:2006 e NBR 15570:2009.

A Frota exigida:

FROTA	Operacional	Reserva	Total
Microônibus	3	1	4
Convencional - Básico	2	1	3
Total Frota	5	2	7

Todos com Ar Condicionado

DEMANDA

DEMANDA	mar/22	abr/22	mai/22	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22	dez/22	Total	Média seis meses
Especial / Gratuidades *	1.107	8.452	9.939	9.522	10.612	9.575	9.754	9.959	8.191	10.101	87.212	9.699
Vale Transporte	0			754	533	314	585	505	1.897	1.773	6.361	935
Cartão - Comum	1.950	11.044	12.972	12.588	12.450	13.603	12.150	12.276	9.450	12.506	110.989	12.073
Escolar	0	823	1.499	1.422	482	1.648	1.567	1.225	1.152	631	10.449	1.118
Total Transportados	3.057	20.319	24.410	24.286	24.077	25.140	24.056	23.965	20.690	25.011	215.011	23.823
Total Passageiros Equiv	1.950	11.456	13.722	14.053	13.224	14.741	13.519	13.394	11.923	14.595	122.575	13.566

PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

Os Licitantes deverão observar as condições, critérios e exigências estabelecidos no Edital de Licitação

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

A documentação relativa à qualificação técnica, no tocante à demonstração de experiência, consiste em:

- A **LICITANTE** deverá apresentar atestado emitido em seu nome, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, pertinente e compatível com o objeto da presente licitação, apto a comprovar o desempenho da prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em linhas urbanas, suburbanas ou intermunicipais



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

de característica urbana, em quantidades pertinentes e compatíveis com o objeto da presente licitação.

- I. Consideram-se pertinentes e compatíveis com o objeto da presente licitação os serviços anteriores que atendam os seguintes quantitativos:
 - Totalizem uma quantidade média mensal de passageiros transportados (pagantes ou não), apurada em qualquer período contínuo de pelo menos 6 (seis) meses, de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) do número de passageiros médios mensais estimados, informados no Anexo.
 - II. O atestado deverá ser apresentado em nome da **LICITANTE**, por se tratar de comprovação de experiência técnico-operacional, sendo vedada a apresentação de atestados em nome de sócios ou responsáveis técnicos da proponente;
 - III. O atestado deverá informar o local, a natureza, o quantitativo e o tipo de veículos da frota utilizada na prestação do respectivo serviço e o número médio mensal de passageiros transportados (pagantes ou não), à época de sua emissão, bem como assinalar o prazo pelo qual a **LICITANTE** presta ou prestou o serviço.
 - IV. De forma anexa a cada atestado, deverá ser apresentada declaração da **LICITANTE**, informando o nome, cargo, endereço e telefone de funcionário do órgão emissor do atestado.
- b) A licitante deverá apresentar atestado de que opera ou operou sistema de:
- I. Bilhetagem eletrônica, em serviços de transportes, apurada em qualquer período contínuo de pelo menos 06 (seis) meses, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) do número de passageiros médios mensais estimados.
- c) Para fins de qualificação técnica, a **LICITANTE** deverá apresentar declaração de disponibilidade da frota necessária ao início da operação.
- I. Observado o disposto neste Anexo, a frota a ser utilizada no cumprimento do contrato deverá ter em média 05 (cinco) anos de fabricação, sempre observando as inovações tecnológicas surgidas no curso do contrato.
 - II. A Idade Máxima dos veículos disponíveis à operação não poderá ultrapassar a; 8 (oito) anos para veículos tipo convencional e 7 (sete) anos para as demais tipologias mencionadas neste anexo.
- d) A **LICITANTE** deverá apresentar declaração, comprometendo-se, caso vencedor da licitação, a fornecer e instalar os equipamentos necessários ao funcionamento do Sistema de Bilhetagem Eletrônica, até a data de início da operação.
- e) A **LICITANTE** deverá apresentar declaração, comprometendo-se, caso vencedor da licitação, a fornecer e instalar os equipamentos necessários ao funcionamento do Sistema de Monitoramento de Frota, até a data de início da operação.
- f) Declaração da **LICITANTE** que observa a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho aos menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de catorze anos (art. 7º, XXXIII



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

da Constituição Federal e Lei Federal 8666/1993, art. 27, V);

- g) Declaração, emitida pela **LICITANTE**, que seus dirigentes, integrantes da sua diretoria ou administradores não se encontram no exercício de cargo, emprego ou função pública, na Administração do Município de Birigui;
- h) Declaração, emitida pela **LICITANTE** de inexistência de fatos impeditivos para sua habilitação na presente licitação e de que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- i) Declaração, emitida pela **LICITANTE** de que tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações, objeto desta licitação.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

A documentação relativa à qualificação econômico-financeira será constituída por **Balanço patrimonial e demonstrações contábeis** do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da **LICITANTE**, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data estabelecida para a entrega da **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**;

- I. O Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício deverão ser apresentados mediante cópia extraída do Livro Diário, acompanhados dos respectivos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, devidamente registrado na Junta Comercial competente, ou mediante cópia das Demonstrações devidamente arquivadas na Junta Comercial competente, salvo na hipótese do item seguinte;
- II. O Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, no caso de pessoas jurídicas enquadradas no SPED CONTÁBIL (Sistema Público de Escrituração Digital Contábil), deverão ser apresentados por meio das demonstrações digitais, acompanhadas da comprovação da entrega dos arquivos magnéticos perante a Receita Federal.
- III. Quando se tratar de sociedade anônima de capital aberto, a documentação referente ao balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social deverá ser acompanhada das publicações exigidas por Lei,

10.2. Certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial, emitida pelos distribuidores) da sede da **LICITANTE**;

- IV. Não será aceita certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial com prazo de validade vencido ou que, mesmo não tendo prazo de validade, tenha sido expedida há mais de 30 (trinta) dias, contados retroativamente da data de entrega das propostas.

DA REMUNERAÇÃO DA CONCESSÃO:

A remuneração da concessionária, que assegurará o equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO DE CONCESSÃO**, decorrerá do pagamento da Tarifa Técnica de Remuneração por



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

Passageiros Transportados, que considerará a cobrança da **TARIFA PÚBLICA** diretamente dos usuários, e o pagamento de Subsidio Tarifário.

O cálculo da **TARIFA TÉCNICA DE REMUNERAÇÃO POR PASSAGEIRO TRANSPORTADO** segue, portanto, a seguinte formulação matemática:

$$T_{trp} = \frac{C_o}{P_t}$$

Onde:

T_{trp} = Tarifa Técnica de Remuneração por Passageiro Transportado, valor expresso em Reais (R\$)

C_o = Custo operacional mensal;

P_t = quantidade de Passageiros Transportados apurada mensalmente.

Considerando o total dos Custos, Fixos e Variáveis, apurados em Planilha de Custo, conforme modelo apresentado pelo Poder Público, faz-se necessário o pagamento de subsídio tarifário mensal, abatendo-se a bilhetagem auferida mensalmente.

É permitido à concessionária auferir receitas alternativas, como a de publicidade, por sua conta e risco, desde que não onerem de qualquer forma os usuários ou o Poder Público, nem cause prejuízo de qualquer espécie ao serviço prestado.

Remuneração:

A remuneração da concessionária, terá como base a Tarifa Técnica de Remuneração por Passageiros Transportados, que assegurará o equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO DE CONCESSÃO**, e será aquela definida na Proposta Comercial da Licitante vencedora decorrerá de:

- a) da cobrança da **TARIFA** Pública diretamente dos usuários, devidamente atualizada conforme as hipóteses de reajuste e revisão previstas no presente Edital e seus anexos;
- b) Subsidio Tarifário, calculado da seguinte forma:

$$SubTM = (T_{trp} \times P_{trp}) -$$

Onde:

SubTM = Subsidio Tarifário Mensal;

T_{trp} = Tarifa Técnica de Remuneração por passageiros (vlr em Reais R\$);

P_{trp} = Passageiro Total Transportados (em dado periodo);

Vlar = Valor arrecadado com venda na bilhetagem ou arrecadados em veículos.

Obs. O Valor arrecadado considera a aplicação do Valor da Tarifa pública por passageiros equivalente – Valor em Reais R\$;



DAS GRATUIDADES E BENEFÍCIOS TARIFÁRIOS:

As gratuidades tarifárias do Sistema de Transporte Público Coletivo do Município de Birigui são as previstas no Art. 16 e 17 da Lei Complementar Nº 60, de 19 de Setembro de 2014 e suas alterações.

Novas gratuidades, ampliações das gratuidades ou benefícios tarifários existentes, novos abatimentos ou novos benefícios tarifários somente serão concedidos ou criados, ao longo da concessão, com a indicação da fonte dos recursos financeiros compensatórios, de forma a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO DE CONCESSÃO** e não prejudicar a modicidade das tarifas.

DO VALOR DA TARIFA Pública:

O valor da tarifa será de R\$ 4,75 (quatro reais e setenta e cinco centavos) de acordo com o Decreto nº 7.083 de 02 de Março de 2022.

DO REAJUSTE DA TARIFA TÉCNICA DE REMUNERAÇÃO POR PASSAGEIRO TRANSPORTADO:

O reajuste anual da Tarifa Técnica de Remuneração por Passageiro Transportado será realizado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$Ttp_r = Ttp_0 \times R$$

Onde:

Ttp_r = Valor da Tarifa Técnica de Remuneração por Passageiro Transportado **REAJUSTADO**, valor expresso em Reais (R\$)

Ttp_0 = Valor da Tarifa Técnica de Remuneração por Passageiro Transportado contratual vigente na data base de cálculo do reajuste, expresso em real (R\$)

R = Índice de reajustamento, conforme fórmula a seguir.

$$R = ((Pd \times Vd) + (Pr \times Vr) + (Ps \times Vs) + (Pa \times Va))$$

Onde:

Pd = Fator multiplicador (peso) da participação da variação dos combustíveis na composição do reajuste, definido no **29,78% (vinte e nove e setenta e oito por cento)**.

Vd = Variação do preço de combustíveis e lubrificantes (preço de óleo diesel) para grandes consumidores. Fonte: *ANP – Agência Nacional do Petróleo*, Gás Natural e Biocombustíveis, ou aquele que venha substituir em razão de adequações dos motores dos ônibus. Sendo sempre considerados os índices referentes a 2 (dois) meses antes da data base de reajuste da tarifa e aqueles correspondentes a 2 (dois) meses antes do último reajuste tarifário.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

- Pr** = Fator multiplicador (peso) da participação da variação dos preços englobando material de rodagem e peças e acessórios na composição do reajuste, definido no peso de **13,19% (treze vírgula dezenove por cento)**.
- Vr** = Variação dos “Índices de preços ao produtor amplo - Origem (IPA-OG) - Indústria de transformação - Artigos de Borracha e de Material de Plásticos (coluna 28)/FGV, Sendo sempre considerados os índices referentes a 2 (dois) meses antes da data base de reajuste da tarifa e aqueles correspondentes a 2 (dois) meses antes do último reajuste tarifário.
- Ps** = Fator multiplicador (peso) da participação da variação do salário na composição do reajuste, definido no **valor de 39,58% (Trinta e nove vírgula cinquenta e oito por cento)**.
- Vs** = Variação da soma dos salários e benefícios do Pessoal de mão-de-obra do serviço de transporte coletivo de Boituva conforme Convenção Coletiva do Trabalho ocorrida entre o momento imediatamente anterior ao cálculo de reajuste e o valor anterior ao cálculo do último reajuste tarifário.
- Pa** = Fator multiplicador (peso) da participação da variação dos demais itens de custo na composição do reajuste, definido no **valor de 17,45% (dezessete vírgula quarenta e cinco por cento)**.
- Va** = variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Sendo sempre considerados os índices referentes a 2 (dois) meses antes da data base de reajuste da tarifa e aqueles correspondentes a 2 (dois) meses antes do último reajuste tarifário.

Homologado o reajuste pelo **PODER CONCEDENTE**, após oitiva da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, a **SECRETARIA** expedirá ato administrativo alterando o valor da **TARIFA** e encaminhará o processo ao Chefe do Poder Executivo do Município de Birigui, a quem caberá, se for o caso, decretar as novas **TARIFAS** em montante suficiente para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro.

Em caso de suspensão ou extinção de qualquer dos índices de reajuste definidos na presente cláusula, deverão ser, temporária ou definitivamente, conforme o caso, substituídos por outros que representem a mesma categoria de custo e apresentem variação histórica semelhante ao do índice extinto.

DA REVISÃO DA TARIFA TÉCNICA DE REMUNERAÇÃO POR PASSAGEIRO TRANSPORTADO:

A **TARIFA** poderá ser revisada, a qualquer momento, para restabelecer a equação originária entre os encargos da **CONCESSIONÁRIA** e as receitas da concessão, formada pelas regras da presente **TERMO**, bem como pelas planilhas apresentadas na **PROPOSTA** vencedora da licitação, sempre que ocorrerem quaisquer situações que afetem o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Qualquer alteração nos encargos da **CONCESSIONÁRIA**, sem o proporcional ajuste de remuneração, importará na obrigação do **PODER CONCEDENTE** de recompor o equilíbrio



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

econômico-financeiro deste **CONTRATO**. Para os efeitos previstos nos itens anteriores, a revisão dar-se-á, dentre outros, nos seguintes casos, além daqueles já previstos no presente instrumento, que poderão ocorrer simultaneamente ou não:

- a) sempre que ocorrerem variações na quilometragem rodada do sistema em relação aos montantes, considerando-se todas as repercussões sobre os investimentos, custos e a receita;
- b) sempre que ocorrer variação da composição de investimentos em frota, decorrente de determinação do **PODER CONCEDENTE**, em razão de acréscimo ou diminuição de veículos, mudança de tipo de veículo, ou modificação de vida útil ou idade média máxima;
- c) ressalvados os impostos sobre a renda, sempre que forem criados, alterados ou extintos tributos que incidem sobre o serviço ou a receita da **CONCESSIONÁRIA** ou sobrevierem disposições legais, após a data de apresentação da **PROPOSTA**, de comprovada repercussão nos custos da **CONCESSIONÁRIA**, para mais ou para menos, conforme o caso;
- d) sempre que houver acréscimo ou supressão dos encargos previstos em **CONTRATO**, para mais ou para menos, conforme o caso;
- e) sempre que houver alteração unilateral deste **CONTRATO**, que comprovadamente altere os encargos da **CONCESSIONÁRIA**, para mais ou para menos, conforme o caso.

Nos processos de revisão tarifária, a aferição da **TARIFA** para reequilíbrio do **CONTRATO** será realizada por meio das planilhas apresentadas na **PROPOSTA** vencedora da licitação, assegurando-se a proteção, ao longo do **CONTRATO**, do elemento de mérito TIR (Taxa Interna de Retorno) indicado na planilha de fluxo de caixa apresentada pela **CONCESSIONÁRIA** na referida **PROPOSTA**.

O processo de revisão será realizado sempre que ocorrer qualquer das situações, previstas em **CONTRATO**, que imponha a sua ocorrência e terá início, de ofício, pelo **PODER CONCEDENTE**, ou mediante requerimento formulado pela **CONCESSIONÁRIA**.

O **PODER CONCEDENTE** terá o prazo de até 60 (sessenta) dias para decidir o processo a que alude o item anterior, contado da data de sua instauração de ofício ou mediante requerimento da **CONCESSIONÁRIA**, assegurando, previamente, no período, as garantias do contraditório, dos esclarecimentos e das justificativas que se façam necessários por parte da **CONCESSIONÁRIA**.

Uma vez confirmada a necessidade de revisão da **TARIFA** para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**, esta **SECRETARIA** expedirá ato administrativo alterando o valor da **TARIFA** e encaminhará o processo ao Chefe do Poder Executivo do Município de Birigui, a quem caberá decretar os valores de **TARIFA** em montante suficiente para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro.



DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS:

Sem prejuízo das disposições contidas na legislação municipal vigente, são direitos e obrigações dos usuários do transporte coletivo:

- a) ser transportado com segurança, conforto e higiene;
- b) ser tratado com urbanidade e respeito;
- c) ter os preços das tarifas compatíveis com a qualidade do serviço prestado;
- d) receber do **PODER CONCEDENTE** e da **CONCESSIONÁRIA** informações para a defesa de direitos individuais e coletivos;
- e) utilizar o transporte coletivo dentro dos horários fixados pelo **PODER CONCEDENTE**;
- f) ter prioridade, por ocasião do planejamento do sistema de tráfego nas vias públicas, sobre o transporte individual;
- g) pagar a tarifa dos serviços correspondentes;
- h) levar ao conhecimento do **PODER CONCEDENTE** e da **CONCESSIONÁRIA** as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes à execução da concessão;
- i) zelar e não danificar os bens da **CONCESSIONÁRIA**.

DOS DIREITOS E DAS PRERROGATIVAS DO PODER CONCEDENTE:

Sem prejuízo de outras prerrogativas definidas na legislação vigente, incumbe ao **PODER CONCEDENTE**:

- j) fiscalizar, permanentemente, a execução do serviço objeto do presente **CONTRATO**, zelando por qualidade, conforto e segurança;
- k) assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da **CONCESSÃO**;
- l) aplicar penalidades regulamentares e contratuais;
- m) intervir na concessão, nos casos e nas condições previstas neste **CONTRATO**;
- n) declarar a extinção da concessão, nos casos previstos no presente **CONTRATO**;
- o) fixar tarifas, homologar reajustes e proceder às revisões tarifárias, nas condições previstas neste **CONTRATO**, para assegurar o seu equilíbrio econômico-financeiro;
- p) cumprir as leis e as cláusulas do presente **CONTRATO**;
- q) fixar itinerários e pontos de parada;



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

- r) fixar horários, frequência, frota e terminais de cada linha;
- s) organizar, programar e fiscalizar o Sistema de Transporte Público Coletivo do Município de Birigui;
- t) implantar e extinguir linhas e extensões;
- u) vistoriar os veículos da **CONCESSIONÁRIA**;
- v) estabelecer as normas de conduta do pessoal de operação da **CONCESSIONÁRIA**;
- w) controlar o número de passageiros do Sistema de Transporte Público Coletivo do Município de Birigui;

DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA:

Sem prejuízo do cumprimento dos encargos previstos no instrumento convocatório e seus anexos, e das disposições contidas na legislação vigente, incumbe à **CONCESSIONÁRIA**:

- x) prestar os serviços de forma adequada aos usuários, na forma definida pelo art. 6º, parágrafos 1º e 2º da Lei Federal 8.987/95, e de acordo com as disposições constantes do instrumento convocatório e minuta de contrato;
- y) cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas do contrato de concessão;
- z) facilitar o exercício da fiscalização pelo **PODER CONCEDENTE**;
- aa) manter a frota adequada às exigências da demanda, empregando equipamentos de tecnologia moderna, visando à segurança e o conforto dos usuários;
- bb) adotar uniformes e identificação, por meio de crachá, para o pessoal que opera o serviço;
- cc) cumprir as ordens de serviço emitidas pelo **PODER CONCEDENTE**;
- dd) executar os serviços cumprindo, rigorosamente, o horário, frequência, frota, tarifa, itinerário, pontos de parada e terminais definidos pelo **PODER CONCEDENTE**;
- ee) apresentar os veículos para vistoria do **PODER CONCEDENTE**, sempre que for exigido, comprometendo-se a sanar eventuais irregularidades que possam comprometer o conforto, a segurança e a regularidade dos serviços;
- ff) manter as características fixadas pelo **PODER CONCEDENTE** para os veículos em operação;
- gg) preservar a inviolabilidade dos equipamentos, hardware e software de registro e controle de usuários e receita;
- hh) proporcionar, periodicamente, treinamento e atualização do pessoal de operação, nas áreas de relações humanas, segurança de tráfego e primeiros socorros;



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

- ii) tomar imediatas medidas em caso de interrupção de viagem, garantindo seu prosseguimento, sem qualquer ônus aos usuários que já tenham pago a tarifa;
- jj) operar as linhas definidas no instrumento convocatório e seus anexos, bem como aquelas que forem alteradas ou criadas pelo **PODER CONCEDENTE**, no decorrer da concessão;
- kk) implantar, operar, gerenciar e administrar, a partir do início da operação dos serviços, o Sistema de Bilhetagem Eletrônica, atendendo às especificações do Anexo;
- ll) operar somente com pessoal devidamente capacitado e habilitado, mediante contratações regidas pelo direito privado e legislação trabalhista, assumindo todas as obrigações delas decorrentes, obrigando-se a saldá-los na época própria, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros e o **PODER CONCEDENTE**;
- mm) assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução do objeto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;
- nn) assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste **CONTRATO**;
- oo) promover a atualização e o desenvolvimento tecnológico das instalações, equipamentos e sistemas, com vistas a assegurar a melhoria da qualidade do serviço e a preservação do meio ambiente, nos termos da legislação pertinente;
- pp) disponibilizar nos veículos, os adesivos, legendas, placas ou dispositivos informativos, internos, determinados pelo **PODER CONCEDENTE**, em adequado estado de conservação e funcionamento;
- qq) manter garagem fechada com área de estacionamento, abastecimento, manutenção, inspeção e administração e demais instalações definidas no Anexo, em tamanho suficiente para abrigar toda sua frota e equipamentos, observando toda a legislação pertinente, inclusive de uso do solo e meio ambiente;
- rr) manter seguro dos veículos da **CONCESSIONÁRIA**;
- ss) garantir ao **PODER CONCEDENTE** o livre acesso às suas instalações operacionais e veículos, para o exercício de suas atividades de gerenciamento do serviço de transporte coletivo;
- tt) responsabilizar-se pela obtenção das licenças e autorizações necessárias para desenvolvimento de suas atividades;
- uu) responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente ao **PODER CONCEDENTE**, aos usuários ou a terceiros na execução do objeto do **CONTRATO**, sem que a fiscalização exercida pelo **CONCEDENTE** exclua ou atenuie essa responsabilidade;
- vv) em compatibilidade com as obrigações assumidas no **CONTRATO**, manter as condições



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

de habilitação exigidas na Licitação;

ww) encaminhar, sempre que solicitado pelo **PODER CONCEDENTE**, a documentação de prova de regularidade fiscal nos termos da lei;

A inadimplência da **CONCESSIONÁRIA** com referência aos encargos estabelecidos, não transfere ao **CONCEDENTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, não gerando qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o **CONCEDENTE**.

DA GARANTIA CONTRATUAL:

A empresa a ser Contratada prestará garantia, em favor da **CONTRATANTE**, 5% (cinco por cento) do valor para a execução dos serviços objeto deste contrato, nos termos do inciso II, § 1º do artigo 56 da Lei 8.666/93. Essa garantia pode ser apresentada através de Seguro-Garantia, Caução em dinheiro ou Fiança Bancária.

Para garantir o fiel cumprimento das obrigações que serão assumidas pela **CONCESSIONÁRIA** quando da assinatura do **CONTRATO**, a **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar ao **CONCEDENTE** o comprovante de que prestou a **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**, equivalente a 5% (cinco por cento) do VALOR ESTIMADO DOS INVESTIMENTOS.

Conforme estimativa do Anexo II item 2, o valor estimado da Garantia de execução de Contrato é de R\$ 205.834,86 (duzentos e cinco mil, oitocentos e trinta e quatro reais, e oitenta e seis centavos), que é condição para assinatura do **CONTRATO**, o valor exato só será possível quando da apresentação da Licitante Vencedora.

O valor da garantia contratual ficará retido, até assinatura do termo de encerramento definitivo do contrato e mediante a demonstração do cumprimento integral das obrigações trabalhistas assumidas junto aos trabalhadores contratados para execução dos serviços objeto deste contrato; e ausência de condenações subsidiárias do município ao pagamento de indenizações, inclusive por acidente de trabalho, que tenham ligação com a execução dos serviços contratados. Se constatada alguma das situações retromencionadas, o valor da garantia será utilizado até o limite necessário para quitação dos débitos supracitados.

Se o valor da garantia vier a ser utilizado, total ou parcialmente, no pagamento de qualquer obrigação vinculada a este ajuste, incluída a indenização a terceiros, a **CONTRATADA** deverá proceder à respectiva reposição, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação da **CONTRATANTE**. Após o cumprimento fiel e integral de todas as obrigações assumidas neste contrato, a garantia, ou seu saldo, será liberada ou restituída, a pedido da **CONTRATADA**, no prazo de 10(dez) dias úteis, mediante certificação, pelo Gestor Fiscal deste contrato, de que os serviços foram realizados a contento.

Se houver acréscimo ao valor deste contrato mediante termo aditivo, a **CONTRATADA** se obriga a fazer a complementação da garantia no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da notificação da **CONTRATANTE**.

DA INTERVENÇÃO:



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

Para assegurar a adequada prestação do serviço ou para sanar deficiência grave na respectiva prestação, bem como, o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes, o **PODER CONCEDENTE** poderá intervir na operação do serviço.

Considera-se deficiência grave na prestação do serviço, para efeito do item anterior, ressalvadas situações de caso fortuito ou força maior:

- xx)** a reiterada inobservância das normas regulamentares do serviço, tais como as concernentes ao itinerário ou horário determinado;
- yy)** o não atendimento de notificação expedida pelo **PODER CONCEDENTE** para retirar de circulação veículo considerado em condições inadequadas para o serviço;
- zz)** o descumprimento pela **CONCESSIONÁRIA** de suas obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas;
- aaa)** a realização de "lock out", ainda que parcial;
- bbb)** a transferência, pela **CONCESSIONÁRIA** da operação dos serviços sem prévio e expresso consentimento do **PODER CONCEDENTE**.

A intervenção far-se-á por Decreto do Prefeito Municipal de Birigui, que conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção, bem como as causas, os objetivos e os limites da medida.

No período de intervenção, o **PODER CONCEDENTE** assumirá, total ou parcialmente, o serviço, passando a controlar os meios materiais e humanos que a **CONCESSIONÁRIA** utiliza, assim entendidos o pessoal, os veículos, as garagens, as oficinas, e todos os demais meios empregados, necessários à operação.

O procedimento administrativo de intervenção deverá ser concluído no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, sob pena de considerar-se inválida a intervenção, aplicando-se o previsto no item seguinte.

Cessada a intervenção, se não for extinto o **CONTRATO**, por caducidade, a administração do serviço será devolvida à **CONCESSIONÁRIA**, precedida de prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão.

O interventor deverá cumprir, durante o período que durar a intervenção, todos os compromissos da **CONCESSIONÁRIA** inclusive àqueles relacionados aos financiamentos por ela contratados.

DOS CONTRATOS DA CONCESSIONÁRIA COM TERCEIROS:

A transferência do **CONTRATO** dependerá de prévia anuência do **PODER CONCEDENTE**, nos termos do art. 27, da Lei Federal nº 8.987/1995, implicando a ausência de anuência, na caducidade da concessão.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

Para obter a anuência do **PODER CONCEDENTE**, o pretendente deverá:

- a) atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço; e
- b) comprometer-se a cumprir todas as cláusulas contratuais, bem como as estipuladas pelo **EDITAL** e **CONTRATO**.

A transferência do controle societário da concessionária dependerá de prévia e expressa anuência do **PODER CONCEDENTE**, sob pena de caducidade da **CONCESSÃO**.

A transferência do controle societário da **CONCESSIONÁRIA** somente será autorizada pelo **PODER CONCEDENTE**:

- quando a transferência não prejudicar, tampouco colocar em risco a execução do **CONTRATO**; e
- após 01 (um) ano da emissão da **ORDEM DE SERVIÇO**, mediante a comprovação do cumprimento regular das obrigações assumidas no **CONTRATO** e posteriores aditivos.

A prévia autorização do **PODER CONCEDENTE** é indispensável mesmo no caso de transferência indireta do controle por meio de controladoras, ou mesmo em hipótese de acordo de acionistas.

As transferências de concessão ou de controle societário da **CONCESSIONÁRIA** serão regidas pelo artigo 32 da Lei Complementar do Município de Birigui nº 60/2014, bem como as demais legislações vigentes e aplicáveis, observadas as disposições contratuais a respeito.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

O descumprimento do prazo e/ou das condições para início da operação dos serviços sujeitará a **CONCESSIONÁRIA** à execução de sua garantia contratual e à extinção do presente **CONTRATO**, por caducidade.

Ressalvado o disposto no item anterior, pela inexecução parcial ou total deste **CONTRATO**, o **PODER CONCEDENTE** poderá, garantida prévia defesa, aplicar à **CONCESSIONÁRIA** as penalidades previstas no artigo 50 da Lei Complementar do Município de Birigui nº 60/2014, bem como as demais legislações vigentes e aplicáveis, observadas as disposições contratuais a respeito.

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADES:

O Processo Administrativo de Aplicação de Penalidades, no que couber, observará os dispositivos administrativos legais.

DA FISCALIZAÇÃO DA CONCESSÃO:

Os poderes de fiscalização do cumprimento das obrigações da **CONCESSIONÁRIA**, e de



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

aplicação das penalidades previstas neste **CONTRATO** serão exercidos, no âmbito do **PODER CONCEDENTE**, por esta **SECRETARIA**.

No exercício das suas atribuições os encarregados da fiscalização da **CONCESSÃO** terão livre acesso, em qualquer época, aos dados relativos à administração e à operação da **CONCESSIONÁRIA**, assim como aos equipamentos e às instalações integrantes ou vinculadas à **CONCESSÃO**.

A fiscalização da **CONCESSÃO** será exercida pelo **PODER CONCEDENTE** com o objetivo de assegurar o cumprimento dos encargos ora previstos, bem como na legislação vigente.

Esta **SECRETARIA** terá sob sua responsabilidade, a supervisão, inspeção e auditoria do **CONTRATO**.

Birigui, 14 de fevereiro de 2023

ELIZEU FRAGA DO REGO

Secretário Municipal de Mobilidade Urbana

RODRIGO JOSÉ JORGE

Diretor de Trânsito